

A PROFECIA NA IGREJA MEDIEVAL³

PROPHECY IN THE MEDIEVAL CHURCH

Joaquim Jocélio de Sousa Costa⁴

RESUMO: O artigo visa tratar a profecia na Igreja durante o período medieval, entendendo profecia como a voz que Deus emprestou aos pobres, um modo de vida solidário com eles. Traz algumas características da Idade Média e a ação da Igreja nesse período; depois apresenta alguns movimentos proféticos que fizeram frente a situação vigente; por fim, a doutrina social então desenvolvida mostrando como a sensibilidade aos pobres levou a uma evangélica crítica de muitos autores às diversas situações gritantes de injustiça. Busca-se, assim, mostrar que a profecia sempre esteve presente na Igreja, ainda que de modo marginal, e que a devemos manter viva por uma questão de fidelidade à missão, ao Evangelho de Jesus.

Palavras-chave: Deus. Profecia. Pobres. Igreja. Idade Média.

ABSTRACT: The article aims to address prophecy in the Church during the medieval period, understanding prophecy as the voice that God lent to the poor, a way of life in solidarity with them. It brings some characteristics of the Middle Ages and the action of the Church in that period; then presents some prophetic movements that faced the current situation; Finally, the social doctrine then developed showing how sensitivity to the poor led to an evangelical criticism by many authors of the various glaring situations of injustice. The aim is, therefore, to show that prophecy has always been present in the Church, even if marginally, and that we must keep it alive as a matter of fidelity to the mission, to the Gospel of Jesus.

Keywords: God. Prophecy. Poor. Church. Middle Ages.

³ Recebido em: 18.07.2024. Aprovado em: 15.10.2024.

⁴ Graduado em Filosofia e Teologia pela Faculdade Católica de Fortaleza (FCF). Presbítero da Diocese de Limoeiro do Norte-CE. E-mail: joaquimjocelio@gmail.com

INTRODUÇÃO

O período chamado “medieval” é, talvez, um dos mais ambíguos da história. Sobre ele lançam-se vários tipos de juízos, desde os que o tratam como “idade das trevas” até os que o consideram o tempo áureo da cristandade, o verdadeiro Reino de Deus na terra. Nosso olhar busca ser diferente. Entendemos que como todo período na história, a Idade Média tem aspectos positivos e negativos, pontos dos quais nós cristãos precisamos nos orgulhar e outros dos quais precisamos nos envergonhar e pedir perdão.

Quanto à delimitação temporal do período medieval, também não há uniformidade. Para fins didáticos, tomaremos a divisão assumida pelo historiador Franco Pierini, compreendendo a Idade Média dividida em três grandes períodos, “diferentes entre si sob muitos aspectos: a ‘primeira Idade Média’, que vai de 450 a 950, apr.; a ‘alta Idade Média’, que vai de 950 acerca de 1250; e a ‘baixa Idade Média’, que vai de 1250 a 1.500, apr” (Pierini, 1998, p. 6). E para delimitar mais ainda o período abordado neste artigo, trataremos sobre acontecimentos e escritos que se localizam no período chamado de Alta Idade Média e Baixa Idade Média.

Trataremos da profecia na Igreja medieval. Mas o que queremos dizer com “profecia”? Essa palavra é muito associada à adivinhação, previsão do futuro. Em alguns grupos religiosos, pode ter o sentido de uma espécie de moção que Deus dá transmitindo alguma informação sobre a vida de outra pessoa. Não tomaremos profecia nesses termos. A entendemos muito mais num sentido bíblico, principalmente a partir dos antigos profetas de Israel; sentido que também é aplicado a tantas realidades na história, especialmente em nossa sofrida América Latina. Quem nos dá uma boa definição dessa compreensão de profecia é o estudioso judeu Abraham Heschel: “A profecia é a voz que Deus emprestou à agonia silenciosa, aos pobres saqueados, às riquezas profanadas do mundo. É um modo de vida, um ponto onde Deus e o homem se cruzam. Deus se encoleriza nas palavras dos profetas” (Heschel, 1973, p. 36).

Assim sendo, buscamos em nosso estudo perceber a profecia, a voz de Deus clamando através de homens e mulheres em defesa dos pobres e oprimidos na Igreja medieval; a busca de um modo de vida humilde e solidário. Buscaremos olhar como as questões sociais foram

vistas e tratadas a partir da fé nesse período. Essa profecia, ora aparece de forma mais direta a partir de ações e duras críticas contra as estruturas sociais e eclesiais, ora mais sutilmente pelo estilo de vida simples e solidário com os sofredores. Lembrando que quando falamos Igreja, não nos referimos apenas às lideranças religiosas, mas qualquer membro do povo de Deus. Até porque, a profecia sempre veio mais da periferia da Igreja do que das suas instâncias de poder, apesar de nunca ter estado totalmente ausente delas.

Sabemos que este foi um tempo onde a união da Igreja com Estado era muito forte, assim como a relação com os demais poderosos desse mundo. Mas o Espírito de Deus nunca deixou de agir na Igreja apesar das suas tantas contradições. O olhar teológico sobre a história, portanto, não pode ser apenas descrição de eventos e análise de situações que desencadearam acontecimentos específicos. “O fio condutor tem sido a pergunta de como o povo de Deus se manteve fiel ou não a sua missão fundamental: anunciar o evangelho da vida, principalmente pelo seu próprio ser” (Matos, 2006, p. 11). Por isso, ao olhar a história da Igreja, nos perguntamos em que situações ela foi fiel ao Evangelho e em quais o negou. Desse modo, para percebermos a profecia na Igreja Medieval, trataremos, em um primeiro momento, de algumas características desse período. Depois apresentaremos alguns movimentos proféticos que foram surgindo, muitos deles a partir dos próprios pobres. Por fim, traremos um pouco da reflexão teológica de cunho social desse tempo histórico. Escrevemos cientes que não pretendemos fazer um estudo exaustivo da questão, apenas apresentar a profecia em um período onde ela é tão esquecida ou até considerada inexistente.

A IGREJA NA IDADE MÉDIA

O mundo Ocidental era majoritariamente tomado pelo imaginário cristão. “Predominou uma concepção sacra da política, da arte, da cultura e de cada atividade humana: todos os momentos e todas as manifestações da vida eram referidos a um credo religioso e encontravam nele o critério de valoração, o centro coordenador e a ideia diretriz” (Mondoni, 2014, p. 13). O cristão medieval via na união Estado e Igreja a realização do Reino de Deus na terra, embora com imperfeições devido o pecado. Havia a teoria das duas espadas que

dizia que Jesus tinha entregado a Pedro e a seus sucessores o poder espiritual e o temporal, embora aquele era superior a este. Muitos reis tiveram que se submeter ao poder papal. A organização da cúria romana e do direito canônico garantiu a Igreja maior influência social.

A Igreja também se preocupou em tentar empregar alguns princípios evangélicos na sociedade, mediando exageros em penas e guerras, tratando em seus tribunais também de disputas econômicas que beneficiassem também os pobres. Por conta dessa mentalidade religiosa na vida, havia, ao menos no imaginário, sobretudo na Alta Idade Média, uma subordinação da economia à moral: "Patrões e sócios fomentam iniciativas assistenciais. Uma cota do capital é reservada ao *messer domineddio* (o pobre)" (Mondoni, 2014, p. 18). E de modo mais específico, houve por parte das autoridades eclesiásticas em muitos momentos a

Defesa dos servos da gleba ante o desfrute patronal excessivo (proibição dos trabalhos em dias festivos, tutela dos acusados, não permitindo o uso imediato da violência); esforço para conter as contendas (trégua de Deus: proibição do uso de armas de quarta à segunda-feira no Advento e na Quaresma; paz de Deus: Promessa de abster-se de atos violentos durante a contenda (Mondoni, 2014, p. 18).

27

Além do mais, muitas formas de devoção são "alimentadas, de alguma maneira, pelo espírito litúrgico e pelo espírito comunitário-ecclesial, de modo a se conseguir promover os mais variados serviços aos pobres, aos doentes, aos marginalizados, segundo o estilo da solidariedade cristã" (Pierini, 1998, p. 121). Eram as chamadas confrarias. "A espiritualidade conhece notável evolução com a ênfase na humanidade Jesus e, mais especificamente, sua compassividade. com efeito, é o homem das dores que compartilha, por amor, nossos sofrimentos" (Matos, 2006, p. 44).

Contudo, mesmo com esse senso cristão de solidariedade que foi muito importante no período medieval, os desafios que surgiram eram muito maiores, pois apesar de forte, a fé não tocava nos fundamentos daquela estrutura social. No final da Alta Idade Média, sécs. XII e XIII, as cidades se desenvolviam e se tornavam um grande desafio. Formavam-se regiões chamadas burgos onde se intensificava o comércio, com certo atrito com a Igreja por causa dos juros. O comércio, bem como a

cultura e pensamento medievais também se desenvolveram no contato com o mundo islâmico devido as cruzadas, embora tal desenvolvimento do pensamento ficou mais restrito ao ambiente acadêmico. Afinal, nesse contexto, “o problema fundamental é a sobrevivência física. As preocupações intelectuais são escassas ou raras. Pouquíssimos sabem ler e escrever” (Mondoni, 2014, p. 14).

Havia a presença de grandes desigualdades, a peste era outro grande mal. Por isso, surgiram revoltas camponesas contra a opressão, revolta de operários contra burgueses comerciantes, saques por mercenários etc. Além disso, a religiosidade na Idade Média tardia era forte, mas com certo tom de desequilíbrio. Surgiam profecias do fim do mundo; houve o aumento de práticas devocionais separadas da doutrina da fé. Cresceu a venda de relíquias, muitas delas falsas. Sendo assim, será que é possível realmente entender esse período medieval como grande expressão do Reino de Deus na terra? Seria a Igreja verdadeira expressão de profecia num período tão desafiador onde a pobreza se alastrava? Um olhar mais atento e em confronto com o Evangelho de Jesus mostra que essa realidade estava longe de ser sinal e realização do Reino de Deus!

Quando falamos de profecia na Igreja ou dimensão social e política da fé, procuramos expressar que esse envolvimento com os grandes desafios da sociedade, a preocupação com a transformação do mundo segundo a vontade de Deus, tudo isso é questão religiosa, espiritual. A fé tem uma dimensão que, embora não sendo a única, lhe é fundamental: a procura de um mundo mais justo e fraterno, sinal do Reino de Deus. Mas isso não significa que o período medieval, quando tudo era visto a partir da fé (política, economia, cultura, arte etc.), respondeu necessariamente a uma autêntica dimensão política da fé. Isso porque não basta um tom religioso e confessional sobre as coisas da vida; é preciso que esse olhar esteja de acordo com o Evangelho de Jesus. “Com respeito à ordem social, a Igreja era conservadora. Não tocou na estratificação da sociedade tal como se desenvolveu havia séculos, ensinando que esta refletia a vontade do próprio Deus” (Matos, 2009, p. 253).

A Igreja não conseguiu questionar a ordem social injusta que, em boa medida, ela mesma ajudou a construir se aliando aos reis e senhores feudais. Infelizmente,

Tendo-se implantado no poder, a Igreja irá se tornando pouco a pouco aliada dos poderosos: pois com eles têm comunidade de interesses, ainda que possa não ter comunidade de valores e critérios. Com isso, a Igreja irá sendo menos conflitiva para os ricos do que fora no primeiro milênio e, por isso mesmo, menos defensora dos pobres (Gonzáles Faus, 1996, p. 122).

Em boa medida, esqueceu o grande conselho do mestre: “Sabeis que os governadores das nações as dominam e os grandes as tiranizam. Entre vós não deverá ser assim. Ao contrário, aquele que quiser tornar-se grande entre vós seja aquele que serve, e o que quiser ser o primeiro dentre vós, seja o vosso servo” (Mt 20,25-27).

Além do mais, o olhar do cristianismo sobre os pobres variou muito ao longo do período histórico. “De minoria necessária os pobres passam a presença incômoda, depois a subversivos, para chegarem, finalmente, a excluídos do paraíso” (Filho, 2009, p. 9). Ou seja, em um momento, muitos os viam como necessários para se fazer caridade e garantir o Céu. Depois, foram vistos como incômodo a ser escondido. Com as revoltas contra sua situação de miséria, das quais falaremos melhor à frente, foram vistos como subversivos. Por fim, sobretudo com algumas vertentes cristãs protestantes que surgiram depois, como o calvinismo, foram vistos como excluídos do paraíso, pois a predestinação para o Céu era indicada pelas posses e riqueza.

Outros sinais contrários ao Evangelho foram vistos nesse período, como as diversas guerras para defender a fé, não só as cruzadas. Os contextos de cada conflito são bem específicos e delicados, não temos dúvidas. Contudo, o medo de cair em anacronismos ou de não entender a “mentalidade da época” não pode nos levar a justificar o injustificável. É bom lembrar que o Evangelho já existia nesse tempo! Não podemos esquecer, como afirma o historiador Henrique Cristiano José Matos, que “defender a religião com a espada mostrar-se-á na história, sempre, um procedimento anti-evangélico” (Matos, 2006, p. 35).

Nessa linha, surgiu no período medieval, a inquisição papal para combater os diversos grupos considerados heréticos. Criada pelo papa Gregório IX (1227-1241), a inquisição era aliada ao Estado, julgava e condenava heresias. O poder civil aplicava as penas que iam deste multas, até prisão e pena de morte. Quanto à inquisição, também alerta Henrique Cristiano:

O Evangelho nunca permite usar a violência em nome da fé! Essa instituição feriu, profundamente, os direitos mais essenciais do ser humano. Mesmo levando em conta a mentalidade da época e o contexto sociopolítico de cristandade, não há como legitimá-la e, menos ainda, defendê-la (Matos, 2006, p. 38).

Mas ainda hoje é frequente querer justificar cruzadas, inquisição e tantas coisas mais como se fossem coisas boas para o tempo, ou mesmo usando como desculpa a mentalidade de então. O cristianismo, também no período medieval, fez coisas maravilhosas e evangélicas, mas não podemos jamais esquecer seus pecados, especialmente os cometidos em nome da fé. Nesse sentido, é preocupante como hoje diversos grupos religiosos se apropriam de elementos de outros tempos ou mesmo mentalidades de outras épocas querendo assumi-las para atingir seus fins religiosos e políticos, sem a mínima sintonia com a realidade. O que indica um claro desvio moral, desonestidade intelectual e, teologicamente, uma atitude nada evangélica.

Houve sim muitos sinais do Reino de Deus no período medieval. Houve sim uma autêntica expressão da dimensão social e política da fé, uma verdadeira profecia no sentido bíblico. Contudo, ela foi marginal, ou seja, não foi majoritária, não vinha das cúpulas, embora não tivesse ausente delas. É essa profecia que desejamos destacar agora. Primeiro, partindo de alguns movimentos, seja os mais ligados a instituição eclesástica, seja os mais distantes e contestadores dela, mas igualmente proféticos. Depois, apresentando alguns pontos da reflexão teológica do período para nos ajudar a entender que também no âmbito da pregação e escrita, houve uma preocupação com os oprimidos, uma autêntica doutrina social.

30

MOVIMENTOS PROFÉTICOS NO PERÍODO MEDIEVAL

Na Idade Média, surgiram vários grupos reformadores, como as novas ordens que tinham o objetivo de dar novo ar a Igreja. “O monacato pretendeu ser também uma instância de recordação, um protesto crítico contra a sociedade” (González FAUS, 1996, p. 83). Surgiram congregações como os cartuxos fundada por São Bruno (+1101) e os cistercienses fundada por Roberto de Molesme (+1111). Um

grande santo dos cistercienses que se destacou foi Bernardo de Claraval. Esta ordem, por exemplo, buscou

Salvar a pobreza e equilibrar a oração e trabalho. Sublinhava-se a simplicidade (inclusive na decoração das igrejas), inculcava-se o trabalho manual e observância rigorosa da pobreza (renúncia à posse ou outras rendas fora do mosteiro). A liturgia foi abreviada... Daí procurou reformar os costumes monásticos e depenar as igrejas de seus ornamentos (Mondoni, 2014, p. 71).

Surgiram também grupos que assumiram outros caminhos para exigir reformas na Igreja e na sociedade. Muitos deles foram considerados hereges, como os cátaros (albigenses no sul da França). Por outro lado, também surgiram, como forças renovadoras, as ordens mendicantes. São Domingos de Gusmão (1170-1221) pregou contra os albigenses na França e embora não tendo muito sucesso, percebeu que eles convenciam por sua vida austera contrastando com o luxo da Igreja. Fundou, então, uma ordem que vivesse a pobreza, sem posses pessoais ou comunitária, não vivesse em mosteiros, trabalhasse no meio do povo, vivesse de suas doações e dedicasse também tempo ao estudo. Em suas regras, deu-se uma “acentuação sobre a pregação e a pobreza” (Mondoni, 2014, p. 76). Surgia a ordem dos pregadores.

São Francisco de Assis (1181-1226) também fundou a ordem dos frades menores, reconhecida pelo papa Honório III em 1225. Francisco procurou viver o ideal evangélico de pobreza e fraternidade; não queria também convento para não se acomodarem nem terem posses. Diferente de vários grupos considerados hereges que também defendiam a pobreza, Francisco não tinha desprezo por esse mundo, mas abraçava a pobreza com alegria. Ele foi também um exemplo de fraternidade universal, a ponto de durante a quinta cruzada em 1219, se encontrar com o sultão do Egito Malek al-Kamel. Enquanto outros cristãos estavam em guerras contra o islamismo, Francisco realiza um encontro fraterno com um irmão de outra religião. Além do mais, foi modelo de cuidado com a criação amando toda a obra de Deus.

Depois da primeira cruzada que conquistou a Terra Santa, formou-se ordens de cavaleiros para defender o território conquistado e proteger peregrinos que constantemente eram atacados. Destas ordens destacam-se os alemães *hospitais* e os *templários*; seus

castelos/mosteiros ao longo do território eram como fortalezas e postos de vigia. “Ao menos em teoria, deveria colocar o futuro cavaleiro ao serviço da sociedade, especialmente dos seus segmentos mais pobres” (Pierini, 1998, p. 91). Portanto, com todas as ambiguidades dessas ordens, elas também tinham, por conta da fé que professava, um dever de justiça com os pobres e indefesos. Infelizmente, elas acabaram assumindo mais uma postura violenta de combate a inimigos do que de proteção dos pobres e indefesos. O que não era, obviamente, expressão Reino de Deus.

Algo lastimável nesse período foi o fato das lideranças eclesásticas, que deveriam ser as primeiras defensoras dos pobres, estarem, em sua grande maioria, mais preocupadas com luxo e alianças com os poderosos. Por isso, há tempos que o povo reivindicava uma reforma na Igreja. Como essa reforma não vinha da parte da maioria de seus líderes, acabou acontecendo a partir de uma pressão de diversas forças. “Uma fileira de leigos, leigas, religiosos e religiosas, sacerdotes, bispos e cardeais foi engrossando cada vez mais, na península, o movimento de reforma, através do exercício das obras de caridade” (Pierini, 1998, p. 178).

O clero estava cada vez mais voltado só para preocupações materiais, além de ser bastante ignorante. “A batina garantia prestígio social e, em muitos casos, uma vida material sem grandes preocupações. Não é de estranhar que houve não poucos que escolheram a carreira eclesástica menos por vocação espiritual do que por motivos puramente humanos” (Matos, 2009, p. 318-319). Alguns viam os padres, sua isenção de impostos e grande segurança econômica, como um bando de parasitas; não demorou para as críticas aos ministros individuais se voltar para toda a Igreja. Era muito sentida a ausência dos bispos nas suas dioceses e abades nas abadias, além das situações de simonia e escrachado concubinato. O povo não iria suportar mais isso.

Como protesto contra o enriquecimento da igreja dos burgueses, surgiram movimentos pauperísticos e anticlericais: leigos começaram a ensinar e a soerguer os costumes; sem mandato oficial, revoltaram-se quando as autoridades religiosas quiseram controlar seu comportamento; impuseram-se às multidões pelo ardor, pelo ascetismo e pela caridade (cátaros ou albigenses e valdenses) (Mondoni, 2014, p. 83).

A maioria do povo cristão vivia na miséria enquanto seus líderes viviam no luxo. Por isso, esses vários movimentos exigiam da Igreja a pobreza evangélica. “Nunca, como na Idade Média, o problema da pobreza eclesiástica despertou tanta paixão, pois a complexa sociedade feudal considerava prisioneiros da terra os leigos e mais ainda os clérigos enriquecidos por sete séculos de doações e prebendas” (Pierrard, 1982, p. 100). Por isso, o Espírito Santo suscitou grupos proféticos que expressavam os clamores do povo que subiam aos céus. “Foram numerosos os protestos contra a riqueza e a mundanização da Igreja. O poder e a riqueza da Igreja despertaram o desejo de restabelecer a vida pobre de Jesus e da Igreja primitiva” (Mondoni, 2014, p. 83-84). É verdade que esses grupos tinham muitas ambiguidades, mas não mais que as estruturas eclesiásticas pouco evangélicas das quais eles exigiam renovação.

Por isso, “por paradoxal que possa parecer, o santo pode estar muito mais perto do herege do que do presumidamente ‘ortodoxo’... O tema dos Pobres será conflitivo para a própria igreja, da mesma forma que, nos séculos anteriores, fora conflito para o Estado” (González Faus, 1996, p. 80). Desse modo, é preciso muita prudência ao tratar sobre esses grupos. “Encontramos movimentos religiosos tidos por heréticos. A realidade dos fatos, porém, não é tão simples assim. Frequentemente, trata-se, pelo menos no início, de profundos anseios para se viver com mais autenticidade a mensagem do Evangelho” (Matos, 2006, p. 37). Mas, infelizmente, foram sangrentos os meios usados por muitos grupos para se exigir tais mudanças e mais violenta ainda a reação das autoridades eclesiásticas e civis a esses movimentos.

O resultado foi um período de violência endêmica, cuja característica básica foi uma generalizada revolta dos pobres por toda a Europa. No campo, essas revoltas receberam a denominação de *jacqueries*, devido à presença massiva dos “jacques” (homens comuns, homens do povo). Tiveram um caráter anti-senhorial e por vezes até anticlerical. Nas cidades, foram dirigidas contra a camada dirigente o patriciado urbano (Filho, 2009, p. 7).

Mesmo dentro das ordens reconhecidas pelas autoridades eclesiásticas, surgiram igualmente grupos que exigiam mais radicalidade na vivência da pobreza. Tanto que muitos eram

associados a movimentos pauperistas (do latim *pauper* = pobre). Dentre eles, se destacam os franciscanos espirituais que entraram em conflito até com papas da época, principalmente com o papa João XXII (1316-1334). Eles “são a nova ordem da era do Espírito Santo – uma Igreja espiritual vivendo na pobreza e na paz, sem hierarquia, sacramentos e culto externo” (Mondoni, 2014, p. 87). Suas convicções, por sua vez, sofreram forte influência das ideias de Joaquim de Fiore. Contudo, apesar de buscarem maior fidelidade ao Evangelho, houve uma intransigência que dificultou o diálogo. Como observa Gonzáles Faus, estava presente nos franciscanos espirituais e em outros grupos “uma convicção orgulhosa de que eles são salvadores dos pobres... Produz-se então um enrijecimento que acaba tornando injustos muitos desses movimentos” (Gonzáles Faus, 1996, p. 127).

Mas na própria ordem dos franciscanos, encontramos aquele que deu o maior exemplo de autêntica pobreza evangélica e compromisso com os pobres, o próprio fundador da ordem: São Francisco de Assis. Ele não afrontou nem criticou diretamente as autoridades eclesiásticas e sua riqueza, contudo, seu exemplo foi uma crítica profética a uma vida religiosa tão pouco evangélica.

34

A vida de Francisco significou uma reação religiosa contra os perigos e males da cultura urbana: a primazia do humano sobre o institucional, desprezo das riquezas que coisificam o ser humano, o valor do simples e natural em face do artificialismo das necessidades de consumo, o despojamento de todo o prestígio e de toda hipocrisia para se voltar à verdade original, o amor à pobreza como fonte de liberdade interior, o amor a todo ser vivo, a paz entendida como amor positivo e universal a todos os irmãos (Mondoni, 2014, p. 75).

Convém destacar um movimento que foi uma verdadeira expressão dos apelos do Espírito nesse período de tantos desafios. Um grupo pouco conhecido: as beguinas. Um movimento de mulheres leigas que se dedicavam à oração, contemplação, serviço aos pobres, sem necessariamente estarem ligadas a alguma ordem religiosa. “As beguinas se negaram a viver debaixo da autoridade de um sacerdote, do pai ou do esposo, elas abandonaram suas casas para viver na pobreza, dedicadas à caridade, à pregação e à contemplação. O movimento surgiu em Flandres, ao norte da França e oeste da

Alemanha" (Almeida, 2023, p. 101). Essas corajosas e determinadas mulheres eram "sustentadas por uma espiritualidade que as aproximava de Deus e dos pobres, uniam discernimento, sabedoria, coragem profética, criatividade, resiliência e fidelidade à causa dos necessitados" (Almeida, 2023, p. 99). Elas trabalhavam no cuidado da terra, se consagravam a alguma arte como literatura, pintura ou artesanato; estudavam a bíblia e ensinavam meninas pobres, além de atuarem cuidando de leprosos e dando trabalho a mulheres prostituídas.

Nesse momento, ganha destaque o serviço poético, espiritual e artístico dos trovadores. Eles desenvolveram um papel importante na renovação social e religiosa na Idade Média, pois a partir da dimensão poética e musical, realizavam diversas críticas à sociedade e às autoridades eclesiásticas. Eles foram tão importantes, que "considera-se que as beguinas e os trovadores fundaram as línguas literárias flamenca, francesa e alemã, participando da abertura do saber teológico aos leigos, arrancando do latim clerical e vertendo para as línguas vulgares" (Almeida, 2023, p. 108). Foram verdadeiros movimentos proféticos de renovação.

Outra contribuição nessa direção é a chamada *devotio moderna*. Uma corrente espiritual com tendências reformistas que também acentuou a dimensão da pobreza, inclusive, "irmãos e cônegos reagiram ao luxo e a riqueza dos mosteiros, pregaram a pobreza de vida e a simplicidade na construção de edifícios" (Mondoni, 2014, p. 80).

O Espírito sempre agiu na história da Igreja. No período medieval não foi diferente. Ele sempre suscita a profecia, seja em pessoas específicas, seja em movimentos. O Espírito não anula nossas limitações, erros e ambiguidades; ele age em meio a elas. Nem todos os movimentos tiveram o mesmo grau de profecia e, portanto, a mesma fidelidade evangélica. Mas só por ter sido uma reação dos pobres a opressão que sofriam, foram autêntico clamor divino. Afinal, como recorda o livro da Sabedoria, "aos pequenos, por piedade, se perdoa, mas os poderosos serão provados com rigor" (Sb 6,6). Passemos agora a uma breve apresentação de algumas reflexões teológicas que expressam a doutrina social da Igreja na Idade Média.

A DOCTRINA SOCIAL NO PERÍODO MEDIEVAL

O compromisso com os pobres, a solidariedade, o senso de justiça são pontos fundamentais da fé. Atravessam a Escritura e a própria Tradição cristã, mesmo que não tenhamos sido fiéis, na maioria das vezes, a esses aspectos centrais do Evangelho. Em um período tão marcado pela religiosidade, como foi a Idade Média, essa dimensão profética da fé não estava ausente. Como vimos, muitos movimentos se deixaram mover pela fé para lutar por condições mais dignas de vida e também pela restauração daquilo que é essencial da fé, dando forte ênfase à pobreza evangélica. A reflexão teológica também esteve presente nesse movimento. Muitos cristãos e cristãs, teólogos e teólogas, santos e santas, canonizados ou não, continuaram e desenvolveram a doutrina social que vinha da própria Escritura e ganhou grande aprofundamento com os Padres da Igreja. Neste tópico, não pretendemos fazer uma análise minuciosa sobre a doutrina social no período medieval. Buscamos apenas apresentar algumas reflexões que expressam como a profecia esteve presente naquele momento histórico, inclusive na discussão teológica. Para isso, recorreremos a citações de escritores medievais, principalmente textos recolhidos por Gonzáles Faus em sua obra *Vigários de Cristo – Os pobres na teologia e espiritualidade cristãs*.

Seguindo na linha da patrística, havia na reflexão de muitos teólogos medievais a compreensão, dentre tantos pontos, de que “o pobre é vigário de Cristo. A propriedade é mera administração dos bens de Deus. A esmola não é doação do próprio permitida pela caridade, mas devolução do alheio exigida pela justiça” (Gonzáles Faus, 1996, p. 111). Isso já está bem presente desde o período da Alta Idade Média (aprox. 950-1250). São Pedro Damião (1007-1072) assim alerta: “Os que não se dignam ajudar os pobres, quando chegar a hora da verdade não serão acusados de avareza, mas de roubo, nem serão condenados como apegados ao seu, mas como ladrões do alheio” (Pedro Damião, 1996, p. 93). Pedro Abelardo (1079-1142), refletindo esse ponto, chega a comparar o acúmulo, a retenção de ajudas, com a venda que Judas fez de Jesus e com isso crucificamos de novo o Senhor.

Nós retendo um dinheiro injusto, não deixamos de entregá-lo.
Acusamos a Judas por tê-lo entregue uma vez por dinheiro. E

não nos acusamos a nós que, por nosso amor ao dinheiro, voltamos a crucificá-lo cada dia... Não penseis que quando dás aos pobres lhes estás dando do vosso. Simplesmente lhes devolvendo o seu. Pois tudo aquilo que retiverdes, além do necessário para viver, é deles (Abelardo, 1996, p. 97).

São Bernardo de Claraval (1091-1153), um grande nome dos cistercienses, foi muito duro em suas críticas à riqueza da Igreja. Assim diz São Bernardo: "Quem me dera que, antes de morrer, pudesse ver a Igreja de Deus como nos primeiros tempos, quando os apóstolos lançavam suas redes para pescar homens e não para pescar ouro ou prata" (Bernardo De Claraval, 1996, p. 99). Ele chega a denunciar até as vestes luxuosas dos clérigos e seus transportes caros, ou seja, suas carruagens e adornos dos animais que as puxavam.

Clamam os nus, os famintos se queixam dizendo: dizei-nos, pontífices, o que faz o ouro no freio? Acaso o ouro do freio serve para aplacar o frio ou a fome? Quando morremos miseravelmente de fome e frio, de que vos servem tantas vestes estendidas em largos cabides ou dobradas nas arcas? É nosso o que desperdiçais, a nós tirais cruelmente o que gastais superfluamente para pescar ouro ou prata" (Bernardo de Claraval, 1996, p. 99).

Continuava atual a profecia de Ezequiel: "Ai dos pastores de Israel que se 'apascentam a si mesmos'! Não devem os pastores apascentar o seu rebanho? Vós vos alimentais com leite, vos vestis de lã e sacrificais as ovelhas mais gordas, mas não apascentais o rebanho" (Ez 34,2-3). Por isso a indignação de São Bernardo que, "nas obras a ele destinadas, denuncia com veemência os abusos da corte de Roma, pois, para ele, o ministério da Igreja estabeleceu-se para servir e não para dominar... Num século ávido de riquezas, foi a voz dos pobres" (Pierrard, 1982, p. 104).

Muitos cristãos conseguiam perceber que os pobres faziam as vezes de Cristo, como o Senhor mesmo disse: "cada vez que o fizestes a um desses meus irmãos mais pequeninos, a mim o fizestes" (Mt 25,40). Inclusive, esse é o sentido de "vigário", aquele que faz as vezes do outro, que o substitui. Hoje, falamos dos clérigos e, especialmente, do papa como vigário de Cristo, mas uma antiga tradição usava essa expressão em relação aos pobres. Por isso, Pierre de Blois (1130-1200), um homem

de estado, escreve uma audaciosa carta ao bispo de Lisieux, alertando-o sobre isso: “Tanto te custará o reino, quanto sejas capaz de mostrar aos pobres de afeto e compaixão. O pobre é vigário de Cristo” (Pierre de Blois, 1996, p. 101-102).

Mas esse esquecimento do pobre como vigário de Cristo e a adesão a um estilo de vida cheio de riquezas é resultado de uma inversão na lógica da missão da Igreja. Exemplo disso foi a relação da Igreja com o Império Romano. Em vez da Igreja converter o império à lógica do Evangelho, ela permitiu que muitas de suas estruturas fossem convertidas à lógica do império. Essa observação já havia sido feita, por exemplo, por Guido de Chartreuse (1083-1136), quarto prior de Chartreuse, quando escreve ao cardeal Aimeric, chanceler de Roma: “Por que é que as Igrejas devem ser ensinadas pelos palácios? Não são antes elas as encarregadas de lhes ensinar?... Quanto mais útil seria que eles adotassem nossa pobreza, nossos jejuns e nossa humildade, em lugar de adotarmos nós sua cobiça, seus prazeres e seu orgulho” (Guido de Chartreuse, 1996, p. 105).

Outra figura significativa no período medieval que levantou a voz contra a soberba e corrupção dos pastores da Igreja foi Arnaldo de Bréscia (1110-1155?), monge e reformador. Segundo a crônica narrada por João de Salisbury, Arnaldo “começou a denunciar publicamente os cardeais, dizendo que, devido à soberba, à avareza, à hipocrisia e à múltipla imoralidade, seu colégio não era a Igreja de Deus, mas um covil de ladrões, que tinham ocupado o lugar dos escribas e fariseus entre os cristãos” (João de Salisbury, 1996, p. 110).

Não faltaram também denúncias à situação indigna em que viviam e trabalhavam algumas categorias sociais, como as mulheres. Chrétien de Troyes, um poeta e trovador francês, em 1180 escreve uma canção com forte crítica à exploração das mulheres tecelãs: “mas com os nossos trabalhos, enriquecemos / aqueles para quem trabalhamos. / Grande parte das noites ficamos acordadas / e todo dia, para isso ganhar. / Ameaçam-nos de nos moer de pancada / os membros quando descansamos: / e, assim, não nos atrevemos a repousar” (Chrétien de Troys, 2023, p. 162).

Essa reflexão continuou na Baixa Idade Média (aprox. 1250-1500), mas com alguns destaques novos, levando em conta que nesse período “a passagem de uma economia de uso a uma de intercâmbio implica a aparição de comerciantes e artesãos” (González Faus, 1996, p. 119).

Por consequência, surgem novas formas de enriquecimento e de exploração. Com isso, algumas compreensões religiosas vão se modificando.

A esmola deixa de ser um dever de justiça que devolve o alheio e passa a ser uma forma de “se encontrar o céu”... Vai aparecendo uma visão negativa da pobreza como castigo ou culpa: o que implica secretamente a justificação da riqueza como benção. O pobre vai deixando de ser imagem de Cristo para passar a ser símbolo da preguiça (Gonzáles Faus, 1996, p. 120-121).

E não só o olhar a respeito do pobre vai mudando, mas também o olhar sobre a pobreza. Na verdade, “o tema dos pobres, ao longo da época que vem, vai evoluindo simplesmente rumo ao da pobreza; e este se separa daquele... A pobreza, portanto, passou a ser mais questão de ascética do que de solidariedade” (Gonzáles Faus, 1996, p. 124). A pobreza passa a ser muito mais vista como processo de santificação pessoal do que de solidariedade com os pobres e miseráveis deste mundo. Contudo, apesar de ser essa a compreensão emergente, ela não se opõe ao cuidado com os pobres e à busca por uma vida mais digna para eles. Principalmente olhando para os santos e santas que viverem nesse período de transição.

Exemplo disso é São Francisco de Assis (1181-1226) que além de seu desconcertante e evangélico testemunho de vida, ainda deixou escrito bonitos ensinamentos para seus frades e para todos nós. Falando sobre aos membros de sua ordem, defendeu: “Todos os irmãos procurem seguir a humildade e pobreza de Nosso Senhor Jesus Cristo e se lembrem de que nada mais convém que tenhamos em todo o mundo, a não ser, como diz o apóstolo, [os alimentos] e as vestes ‘com que nos cubramos e fiquemos satisfeitos’ (1Ts 6,8)” (Francisco De Assis, 1996, p. 108). E para garantir que não se deixassem dominar por tentações futuras nesse âmbito, aconselha: “Evitem os irmãos aceitar, sob qualquer pretexto, igrejas, modestas habitações e tudo que for construído para eles se não tiver conforme com a santa pobreza que prometemos pela Regra, demorando nelas sempre como forasteiros e peregrinos” (Francisco de Assis, 1996, p. 169).

Nessa mesma linha, escreveu a grande amiga de Francisco que se inspirou em seu exemplo para criar a sua ordem: Santa Clara de Assis

(1194-1253). São muito proféticas as palavras que expressou em uma carta à Inês, filha do Rei da Boêmia; a moça deixou de casar com vários príncipes para poder entrar na ordem que Clara fundou:

Creio firmemente que sabeis que o reino dos céus não é prometido pelo Senhor senão aos pobres, porque, por uma coisa temporal, perde-se o fruto da caridade... Sabeis que não dá para ser glorioso no mundo e lá reinar com Cristo... Por isso, vos livrastes das vestes, isto é, das riquezas temporais, para não sucumbir de modo algum ao tentador e poder entrar no reino dos céus pelo caminho duro e pela porta estreita (Clara, 1994, p. 203).

Santa Clara elogia o despendimento de Inês, afirmando como o poder e as glórias desse mundo se opõem ao Reino, pois como expressou, não é possível ser glorioso aqui e no Céu reinar com Cristo. Essa oposição entre a riqueza e o Reino foi denunciada por um irmão de ordem de Francisco, também contemporâneo seu: Santo Antônio de Pádua (1195-1231). O santo com fama de exímio pregador, chegou a criticar “os ricos deste mundo, que tiram suas riquezas da injustiça (ou seja, da desigualdade) através da mentira” (Antônio de Pádua, 1996, p. 134). Santo Antônio expressa como a riqueza é injusta porque nasce da desigualdade. Essa desigualdade também se fazia presente na Igreja. Por isso, lembrava o grande Santo Tomás de Aquino (1224-1274) que “os mesmos dízimos que se dão aos ministros da Igreja, devem ser distribuídos por estes para o uso dos pobres” (Tomás de Aquino, 1996, p. 137). Tomás de Aquino também contribuiu na reflexão social, assumindo aspectos do direito romano e da filosofia aristotélica, com o desenvolvimento da reflexão sobre o direito, a justiça e a própria compreensão de política como busca do bem comum.

Mas a originalidade radical, mais fecunda, da elaboração tomista é a associação do aspecto pessoal e social da vida moral, especialmente da vida cristã. Como virtude, a justiça é chamada a qualificar e retificar as ações da pessoa, e, como exigência objetiva de retidão, impõe-se às relações e instituições da vida social (Oliveira, 2012, p. 44).

Convém também destacar que “alguns discípulos de Sto. Tomás, pensamos em particular em Francisco Vitoria e na escola de

Salamanca, souberam desenvolver suas intuições e seus princípios fundamentais nas perspectivas do direito internacional" (Oliveira, 2012, p. 44). Com isso, percebemos o quanto Tomás compreendia que a fé implicava o empenho por uma sociedade justa, de modo que as ações pessoais e sociais precisam estar em constante relação e a justiça se estende também ao aspecto institucional e estrutural.

Por isso, era preciso perceber que até as estruturas eclesiásticas apresentavam sérios casos de corrupção. A situação era tão escandalosa que não faltou a inspiração do Espírito Santo para mover figuras corajosas a denunciarem até os abusos dos papas. Exemplo disso é Santa Brígida da Suécia (1303-1373) que escreveu palavras muito duras ao papa Clemente VI (+1352): "tu, que deverias estar libertando almas, és realmente um assassino de alma. Designei a Pedro como pastor e o servente de minhas ovelhas, mas tu as dissipas e as perde, és pior que Lúcifer... Também matas as almas devido teu mau exemplo" (Brígida, 2019, p. 177). E ainda sobre a falta de testemunho do clero, escreveu Santa Catarina de Sena (1347-1380):

Como ladrão digno de morte eterna, roubaste os bens dos pobres e da santa Igreja e os gastaste... em prazeres e no cuidado de teus filhos... Teu gosto devem ser os pobres e a visita aos doentes, socorrendo em suas necessidades temporais e espirituais, pois não para outra coisa eu te fiz ministro (Catarina de Sena, 1996, p. 146).

Santa Catarina denuncia o uso que os clérigos fazem dos bens e doações dos pobres para satisfazer seus prazeres e no cuidado dos filhos. Aqui há uma crítica ao concubinato e ao mau uso dos bens da Igreja. Nesse sentido é que também vai desabafar Jean de Cardaillac (+1390), reformador arcebispo de Tolosa, ao escrever uma espécie de diário pessoal:

Não escutamos os pobres – coisa absurda –; oprimimos, despojamos, frustramos muitos deles... Deixamos de defender as causas dos pobres e despachamos logo as dos ricos... Exageramos nossa forma de vestir e viver, de tal maneira que são insuficientes nossas rendas, que diminuem por toda parte, e com que perigo de nossas almas oprimimos nossos súditos e tiramos aos pobres os meios de subsistir (Jean de Cardaillac, 1996, p. 140).

Jean de Cardaillac admite como seus gastos pessoais e de muitos dos seus irmãos no episcopado são supérfluos e como parece que cada vez precisa de mais dinheiro para suprir suas supostas necessidades no viver e no vestir. Mas isso à custa da opressão dos pobres e abandono de sua causa, fechando os ouvidos para sua voz. Nesse sentido, também brada com duras palavras proféticas o franciscano São Bernardino de Sena (1380-1444) contra o luxo dos ricos: “tu, sanguessuga insaciável de vaidades, vais arrastando por terra como uma cauda o sangue dos pobres, ostentando com presunção pompas faustosas, e sacudindo com vaidade umas asas grandes e manchadas de sangue, como se quisesse mostrar com que velocidade vais voar para o inferno” (Bernardino de Sena, 1996, p. 153).

Como percebemos, com acentos e linguagens diferentes, a preocupação com a justiça e a solidariedade com os pobres não esteve ausente na reflexão teológica medieval. Nos pobres é Cristo que sofre. A Igreja, comunidade dos seguidores de Jesus, não pode viver de forma diferente de como ele viveu nem ignorar ou explorar seu Senhor presente nos pobres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Idade Média, como todos os períodos históricos, tem fortes sinais de profecia em meio a todas as suas ambiguidades. Todos os âmbitos da realidade eram vistos a partir da fé, não necessariamente, consequentes com ela. Mas não faltaram pessoas que em grupos e movimentos foram verdadeiros instrumentos do Espírito para despertar a Igreja para sua missão de construir o Reino de Deus no mundo, principalmente, na defesa dos pobres. Se por um lado, tínhamos uma estrutura eclesial que apoiava os Estados por poder, também tínhamos muitas lideranças religiosas e pessoas comuns que, fiéis a sua fé, entendiam que aquela sociedade injusta não era vontade de Deus e lutaram por um mundo melhor.

Não podemos romantizar nem demonizar o período medieval, nem os movimentos e grupos que surgiram nesse tempo lutando por vida digna. Nunca tivemos uma autêntica sociedade cristã, pois esta não é aquela onde a maioria professa a fé cristã, mas seria uma que vivesse realmente como Jesus viveu. As injustiças e desigualdades na Igreja medieval não têm o jeito de Cristo, portanto, essa sociedade não

é verdadeiramente cristã. Mas nela, isso sim, não faltaram sinais do Reino. A reflexão dos santos e santas, assim como de teólogos leigos ou clérigos nos ajudou a perceber como nunca se perdeu de vista o que é central do Evangelho: Que o Reino de Deus é dos pobres (Cf. Mt 5,3; Lc 6,20).

Estudar a profecia na Igreja medieval nos ajuda a fortalecer a convicção de que a fé tem uma dimensão social, profética, política que lhe é intrínseca, da qual não podemos esquecer se queremos ser cristãos de verdade. O que não significa que qualquer relação entre fé e política está de acordo com o Evangelho de Jesus, mas apenas aquela que gera vida para todos, especialmente para os pobres e oprimidos. Assim, o olhar sobre a profecia na Idade Média nos interpela a perceber a exigência dessa profecia na nossa realidade social e eclesial hoje. Verdade que muitas críticas dos autores medievais podem soar hoje quase heréticas para alguns ouvidos, contudo, são autênticas denúncias proféticas.

Precisamos retomar a crítica à vida elitizada de muitos clérigos que usam os recursos da Igreja em viagens e refeições caras, para comprar carros luxuosos, para sustentar uma vida dupla, às vezes, até devassa; enquanto o povo tem que custear tudo pensando estar doando para Deus. O estilo de vida dos pastores é bem discrepante em relação ao estilo de vida da maioria dos fiéis. Há uma multidão na miséria e seus pastores não as apascentam. Deveríamos ter ministros para cuidar do povo, principalmente dos pobres, não para se aproveitar deles e de suas piedosas doações.

Nesse sentido, também é preciso questionar: nossas comunidades eclesiais colocam a solidariedade como gasto fixo e sistemático do arrecadado com dízimos e outras entradas? A questão não é ignorar o fato dos gastos institucionais que, se forem mesmo para evangelização e construção do Reino, são justos e necessários. A questão é que, geralmente em nossas comunidades, sempre há dinheiro para reformas, objetos litúrgicos, livros, vestes pomposas, carros caros. Mas para a solidariedade, é quando dá e se sobrar.

Existem muitos pontos mais a tocar, mas não foi nossa pretensão apresentar todos, muito menos desenvolvê-los. Pretendemos apenas despertar para a presença da profecia no período medieval e nos deixar interpelar hoje por ela. Aprendamos, pois, a imitar o exemplo de tantos e tantas que guardaram o fundamental do ensinamento do

mestre: “Dou-vos um mandamento novo: que vos ameis uns aos outros. Como eu vos amei, amai-vos uns aos outros. Nisso conhecerão todos que sois meus discípulos se tiverdes amor uns pelos outros” (Jo 13,34-35).

REFERÊNCIAS

- ABELARDO, Pedro. Sermão sobre a esmola. In: GONZÁLES FAUS, José Ignacio. **Vigários de Cristo**: Os pobres na teologia e espiritualidade cristãs. Trad. João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1996. p. 96-97.
- ALMEIDA, Rute Salviano. **Teólogas da Igreja Medieval**: Mulheres que iluminaram a espiritualidade na idade das trevas. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil; São Paulo: Godbooks, 2023.
- ANTÔNIO DE PÁDUA, Santo. Les sermons de St.-Antoine de Padove pour l'année liturgique. In: GONZÁLES FAUS, José Ignacio. **Vigários de Cristo**: Os pobres na teologia e espiritualidade cristãs. Trad. João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1996. p. 133-134.
- BERNARDINO DE SENA, São. Sermão 46 da quinta-feira da Paixão. In: GONZÁLES FAUS, José Ignacio. **Vigários de Cristo**: Os pobres na teologia e espiritualidade cristãs. Trad. João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1996. p. 153.
- BERNARDO DE CLARAVAL, São. Carta 238. In: GONZÁLES FAUS, José Ignacio. **Vigários de Cristo**: Os pobres na teologia e espiritualidade cristãs. Trad. João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1996. p. 99.
- BERNARDO DE CLARAVAL, São. Tratado sobre os costumes e deveres dos bispos. In: GONZÁLES FAUS, José Ignacio. **Vigários de Cristo**: Os pobres na teologia e espiritualidade cristãs. Trad. João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1996. p. 99-100.
- BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2002.
- BRÍGIDA, Santa. O livro das revelações celestiais. In: COSTA, Marcos Roberto Nunes; COSTA, Rafael Ferreira. **Mulheres Intelectuais na Idade Média**: Entre a Medicina, a História, a Poesia, a Dramaturgia, a Filosofia, a Teologia e a Mística. Porto Alegre: Editora Fi, 2019. p. 172-184.
- CATARINA DE SENA, Santa. Diálogo 127 sobre o estado dos maus sacerdotes e religiosos. In: GONZÁLES FAUS, José Ignacio. **Vigários de Cristo**: Os pobres na teologia e espiritualidade cristãs. Trad. João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1996. p. 145-146.
- CHRÉTIEN DE TROYS. Canção da camisa. In: ALMEIDA, Rute Salviano. **Teólogas da Igreja Medieval**: Mulheres que iluminaram a espiritualidade na idade das trevas. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil; São Paulo: Godbooks, 2023.
- CLARA, Santa. Primeira carta a Santa Inês de Praga. In: PEDROSO, José Carlos Corrêa. **Fontes clarianas**. 3ª Ed. Trad. José C. C. Pedroso. Piracicaba: CEFEPAL, 1994. p. 200-204.

FILHO, Cyro de Barros Rezende. Os pobres na Idade Média: De minoria funcional a excluídos do paraíso. **Revista Ciências Humanas**. UNITAU, Vol. 1, n. 1, 2009, p. 1-9.

FRANCISCO DE ASSIS, São. Fragmentos de outra Regra não-bulada. In: SILVEIRA, Ildefonso; REIS, Orlando dos. **São Francisco de Assis: Escritos e biografias de São Francisco. Crônicas e outros testemunhos do primeiro século franciscano**. 7ª Ed. Trad. Edmundo Binder. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 102-114.

FRANCISCO DE ASSIS, São. Testamento. In: SILVEIRA, Ildefonso; REIS, Orlando dos. **São Francisco de Assis: Escritos e biografias de São Francisco. Crônicas e outros testemunhos do primeiro século franciscano**. 7ª Ed. Trad. Edmundo Binder. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 167-170.

GONZÁLES FAUS, José Ignacio. **Vigários de Cristo: Os pobres na teologia e espiritualidade cristãs**. Trad. João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1996.

GUIDO DE CHARTREUSE. Carta de um cartuxo a um cardeal de Roma. In: GONZÁLES FAUS, José Ignacio. **Vigários de Cristo: Os pobres na teologia e espiritualidade cristãs**. Trad. João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1996. p. 104-106.

HESCHEL, Abraham. J. **Los profetas I: El hombre y su vocación**. Trad. Víctor A. Miralman. Buenos Aires: Paidós, 1973.

JEAN DE CARDAILLAC. Diário. In: GONZÁLES FAUS, José Ignacio. **Vigários de Cristo: Os pobres na teologia e espiritualidade cristãs**. Trad. João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1996. p. 140.

JOÃO DE SALISBURY. Liber pontificalis. In: GONZÁLES FAUS, José Ignacio. **Vigários de Cristo: Os pobres na teologia e espiritualidade cristãs**. Trad. João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1996.

MATOS, Henrique Cristiano José. **Eu estarei sempre convosco: História da Igreja**. São Paulo: Paulinas; Valência: Siquem, 2006. (Coleção Livros básicos de teologia)

MATOS, Henrique Cristiano José. **Introdução à História da Igreja**. Vol. I. 6ª Ed. Belo Horizonte: O Lutador, 2009.

MONDONI, Danilo. **O Cristianismo na Idade Média**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

PEDRO DAMIÃO, São. Opúsculo sobre a esmola. In: GONZÁLES FAUS, José Ignacio. **Vigários de Cristo: Os pobres na teologia e espiritualidade cristãs**. Trad. João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1996. p. 91-94.

PIERINI, Franco. **A Idade Média: Curso de História da Igreja**. Trad. José Maria de Almeida. São Paulo: Paulus, 1998. (Curso de história da Igreja)

PIERRARD, Pierre. **História da Igreja**. Trad. Álvaro Cunha. São Paulo: Paulus, 1982.

PIERRE DE BLOIS. Carta a um bispo rico. In: GONZÁLES FAUS, José Ignacio. **Vigários de Cristo**: Os pobres na teologia e espiritualidade cristãs. Trad. João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1996. p. 101-103.

TOMÁS DE AQUINO, Santo. Suma Teológica. Q. 87, a. 1. In: GONZÁLES FAUS, José Ignacio. **Vigários de Cristo**: Os pobres na teologia e espiritualidade cristãs. Trad. João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1996. p. 137.

OLIVEIRA, Carlos-Josaphat Pinto de. Introdução. In: **Suma Teológica**. Vol. VI, II Seção da II Parte. 2ª Ed. São Paulo: Loyola, 2012.